

A ADMINISTRAÇÃO DE ALEXANDRIA SOB CLEÓPATRA VII E SEU IMPACTO NA ECONOMIA DO EGITO PTOLOMAICO

Thomaz Décio Abdalla Siqueira¹

¹ Pós-Doutor em Psicologia Social pelo Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia - Laboratório de Psicologia Sócio Ambiental e Intervenção - LAPSI da Universidade de São Paulo (abril/2007), possui doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (fevereiro/2000). Mestre em Psicologia Social pela Universidade de Okayama - *Faculty of Letters* - Japão (revalidado pela UFRJ por decisão do Conselho de Ensino para Graduados - CEPG em sessão de 21/05/1993 de acordo com o que dispõe o artigo 271 do regimento Geral da UFRJ) e Especialista em Psicopatologia (Saúde Mental) pela *Okayama University (Faculty of Letters)*. Saúde Mental - *Okayama University*. cursou Especialização (Lato Sensu) - Pós-Lato em Educação a Distância PROLINC - MEC/2007. Trabalhou na Faculdade de Educação FAGED/UFAM no período de 1985 a 1989. Ministrei as seguintes disciplinas: Psicologia Geral I e II, Personalidade I e II, Psicologia Social, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Aprendizagem. Professor Titular, Classe E da Universidade Federal do Amazonas - UFAM da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia - FEFF do Departamento de Fundamentação Teórica - DFT. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Comportamental Cognitiva (Terapia do Comportamento Racional-Emotivo), atuando principalmente nos seguintes temas: Desporto, Aprendizagem Motora, Forense, Criminal, Adolescentes, Família e Saúde Mental. Ministrando as disciplinas: Dimensões Psicológicas da Educação Física, Fundamentos da Psicologia da Atividade Física, Psicologia do Esporte, Metodologia da Pesquisa, Pesquisa em Psicologia, Metodologia Científica, Seminários Monográficos, Aprendizagem Motora, Psicomotricidade, Estimulação Motora Precoce, Dimensões Socioantropológicas da Educação Física e do Esporte e Aspectos Psicológicos da Fisioterapia. Registro no Conselho Regional de Psicologia Nº 01/03149. Ex-Chefe (Portaria Nº 319/ 2005) e Ex-Subchefe do Departamento de Fundamentação Teórica - DFT/FEF/UFAM (Portaria Nº 809/2003). Ex-Coordenador do Colegiado da Faculdade de Educação Física Portaria Nº 1.994/2007 - FEF - Ofício 169/2007 protocolado sob o Nº 005022/07. Portaria Nº 1011/2003 Pro-Tempore - Membro da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação da FEF/UFAM. Portaria Nº 034/203 - Membro da Comissão de Implantação do Mestrado da FEF. Portaria Nº 004/2005 - FEF - Presidente da Comissão de Pós-graduação da FEF/UFAM. Portaria Nº 769/2006 Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM e representante da FEF. Ex-Conselheiro da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação da UFAM pelo período de 2001 a 2005. Ex-Coordenador do Projeto "Missão Ubaré". Portaria Nº 004/2008 FEFF/UFAM Presidente da Comissão para organização da comemoração de 15 anos da FEFF. Portaria Nº 1.667/2009 GR. Consultor *Ad Hoc* (referee) Revista Ciência & Cognição ISSN 1806-5821 desde 2008. Portaria Nº 1.667/2009 GR - Ex-Membro da Comissão para elaborar critérios e julgar Processo de Solicitação de Passagens e Diárias Pró-Congresso. Atualmente Conselheiro (eleito) do Colegiado de Licenciatura em Educação Física - Portaria Nº 026/2010 - FEFF. Portaria Nº 746/2011 Membro do Comitê Científico Assessor Local do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -

RESUMO

Este artigo analisa a importância da administração da cidade de Alexandria durante o reinado de Cleópatra VII, última rainha da dinastia ptolomaica, no desenvolvimento econômico do Egito helenístico. Considerando o contexto político e comercial do período, discute-se como a governante egípcia utilizou a posição estratégica da cidade e implementou políticas administrativas voltadas à estabilidade financeira, ao comércio internacional e à diplomacia econômica. A pesquisa destaca a relevância da cidade como centro portuário, cultural e monetário, refletindo a capacidade administrativa da monarca em um cenário de crescente influência romana. No estudo da administração de Cleópatra VII sob uma perspectiva histórica e política, destacando sua atuação como estadista que articulou cultura, economia e diplomacia como formas de manutenção da soberania egípcia frente à ascensão de Roma. Abordam-se aspectos da política comercial, o papel simbólico de Alexandria como capital cosmopolita, o incentivo às instituições culturais como a Biblioteca e o Museu, e o uso estratégico do conhecimento como forma de "*soft power*".

Palavras-chave: Cleópatra VII; Alexandria; economia; Egito Ptolemaico; administração; *Soft Power*; Egito helenístico; Diplomacia cultural.

ABSTRACT

This article analyzes the importance of the administration of the city of Alexandria during the reign of Cleopatra VII, the last queen of the Ptolemaic dynasty, in the economic development of Hellenistic Egypt. Considering the political and commercial context of the period, it discusses how the Egyptian ruler used the city's strategic position and implemented administrative policies aimed at financial stability, international trade, and economic diplomacy. The research highlights the relevance of the city as a port, cultural, and monetary center, reflecting the monarch's administrative capacity in a scenario of growing Roman influence. The study of Cleopatra VII's administration from a historical and political perspective, highlighting her performance as a stateswoman who articulated culture, economy, and diplomacy as ways of maintaining Egyptian sovereignty in the face of the rise of Rome. Aspects of commercial policy, the symbolic role of Alexandria

PIBIC/CNPq/FAPEAM - 2010/2011. Revisor da Revista de Psicologia da IMED - ISSN: 2175-5027. Conselheiro Editorial da Revista: Ciências da Saúde *Journal*, em *E-Book* com o ISSN 2238-3263. Revisor da Revista Areté - Ciências da Amazônia - ISSN:19847505 da Universidade Estadual do Amazonas. Participação como Pesquisador no Projeto: UFAM na Copa 2014 - Subprojeto: Turismo. Professor Associado Nível IV Categoria D. Portaria Nº 001/2015 - FEFF Comissão Interna para regulamentar a Carga Horária docente nos Comitês, Conselhos e afins. Presidente da Comissão de Monitoria 2016/1 - Portaria Nº 013/2016-FEFF. Consultor Externo da UFAC. Presidente da Comissão Própria de Avaliação - CPA/UFAM desde 2017.

as a cosmopolitan capital, the encouragement of cultural institutions such as the Library and the Museum, and the strategic use of knowledge as a form of "soft power" are addressed.

Keywords: Cleopatra VII; Alexandria; economy; Ptolemaic Egypt; administration; Soft Power; Hellenistic Egypt; Cultural diplomacy.

1. INTRODUÇÃO

Cleópatra VII Thea Philopator (69 a.C. – 30 a.C.) foi a última soberana da dinastia ptolomaica e uma das figuras políticas mais emblemáticas da Antiguidade. Seu governo coincidiu com o período de declínio do Egito helenístico e ascensão do poder romano no Mediterrâneo. Nesse contexto, a cidade de Alexandria assumiu papel central tanto no plano político quanto econômico. Este artigo tem como objetivo discutir a importância da administração de Alexandria sob o comando de Cleópatra VII e seu impacto direto no fortalecimento da economia egípcia durante o século I a.C.

Cleópatra VII, é frequentemente lembrada por sua influência política nas disputas internas romanas e por sua imagem mitificada na cultura ocidental. No entanto, sua administração vai muito além dos aspectos românticos e militares: trata-se de uma liderança que compreendia profundamente os mecanismos de poder, articulando economia, cultura e diplomacia como ferramentas de resistência à dominação imperial. Este artigo busca analisar a sofisticação de sua gestão, com foco no fortalecimento de Alexandria como polo econômico e cultural e na utilização do saber como instrumento político.

Alexandria, sob Cleópatra, tornou-se um exemplo de modernidade urbana. Com infraestrutura avançada, diversidade étnica e vida cultural efervescente, a cidade atraía estudiosos, mercadores e diplomatas. A rainha investiu na imagem da cidade como metrópole conectada ao Oriente e ao Ocidente, o que favorecia não apenas a economia local, mas também a afirmação simbólica da soberania egípcia.

Cleópatra promoveu a continuidade e o fortalecimento das instituições de saber como a Biblioteca de Alexandria e o Museu, reconhecendo-as como instrumentos de prestígio internacional. Ao apoiar intelectuais e garantir condições materiais para a produção do conhecimento, Cleópatra transformou a cultura em ativo diplomático. Apesar do incêndio que devastou parte do acervo durante os conflitos com as tropas de César, a rainha manteve Alexandria como referência cultural do Mediterrâneo.

No entanto, sua administração vai muito além dos aspectos românticos e militares: trata-se de uma liderança que compreendia profundamente os mecanismos de poder, articulando economia, cultura e diplomacia como ferramentas de resistência à dominação imperial. Este artigo busca analisar a sofisticação de sua gestão, com foco no fortalecimento de Alexandria como polo econômico e cultural e na utilização do saber como instrumento político.

Por fim, a figura de Cleópatra VII é frequentemente romantizada na historiografia popular, eclipsando sua atuação enquanto governante hábil, estrategista e administradora. A partir do estudo de sua gestão da cidade de Alexandria, capital do Egito Ptolemaico, este trabalho propõe uma análise de seu legado político-econômico, com enfoque na tentativa de preservação da soberania egípcia frente à dominação romana. Alexandria, fundada por Alexandre, o Grande, em 331 a.C., constituiu-se como um centro nevrálgico da economia mediterrânea. Com Cleópatra, a cidade alcançou um último período de dinamismo administrativo antes da sua incorporação ao Império Romano.

2. Alexandria: centro comercial e estratégico

Fundada por Alexandre, o Grande, em 331 a.C., Alexandria consolidou-se como uma das maiores metrópoles do mundo antigo. Situada entre o Mar Mediterrâneo e o delta do Nilo, a cidade tornou-se ponto-chave para as rotas comerciais que ligavam o Oriente ao Ocidente (FRASER, 1972). Durante o reinado de Cleópatra VII, essa posição geográfica foi utilizada estrategicamente para estimular o comércio de grãos, tecidos, papiro, especiarias e metais

preciosos, elementos fundamentais para a economia egípcia e para o abastecimento de Roma.

Um dos pilares da administração de Cleópatra VII foi a promoção de uma política comercial aberta, mas estrategicamente controlada. Alexandria consolidou-se como centro de distribuição de produtos como trigo, papiro, perfumes e metais preciosos. Cleópatra revalorizou a moeda egípcia, estabeleceu relações preferenciais com comerciantes estrangeiros e utilizou o comércio como forma de atrair aliados e consolidar sua influência frente ao poderio romano.

2.1 A Potência de Alexandria Transformada por Cleópatra VII

Durante o reinado de Cleópatra VII, Alexandria foi alçada a um novo patamar de potência regional. A cidade, que já era um importante centro urbano do Mediterrâneo, passou a desempenhar um papel geoestratégico de primeira ordem. Cleópatra investiu intensamente em sua infraestrutura, ampliando o porto e incentivando as rotas marítimas que ligavam o Egito às grandes potências comerciais da época, como a Índia, a Arábia e o mundo greco-romano. Além disso, a cidade consolidou-se como centro financeiro, atraindo investimentos estrangeiros graças à estabilidade administrativa proporcionada por seu governo.

O dinamismo econômico era acompanhado por um projeto cultural ambicioso. A rainha posicionou Alexandria como um celeiro do conhecimento e da sofisticação intelectual. A coexistência de diversas línguas, credos e saberes fomentou um ambiente cosmopolita único, que se tornava símbolo de prestígio e refinamento. Sob seu comando, Alexandria deixou de ser apenas um entreposto comercial e tornou-se um símbolo de civilização alternativa à hegemonia romana — um contraponto oriental, culto e soberano.

2.2 Cleópatra VII e o Papel da Mulher na Administração Pública

A figura de Cleópatra VII representa uma ruptura significativa nos padrões tradicionais de gênero do mundo antigo, sobretudo no que se refere à presença feminina em cargos de comando e administração pública. Embora o Egito faraônico, diferentemente de Roma ou da Grécia, admitisse o exercício do poder por mulheres — como os exemplos anteriores de Hatshepsut e Nefertiti —, a posição de Cleópatra no contexto helenístico e mediterrânico era notável: ela governava como soberana autônoma, com plenos poderes administrativos, jurídicos e econômicos.

A governante não apenas ocupava um trono, mas exercia diretamente a chefia do Estado. Ela negociava com potências estrangeiras, comandava expedições navais, organizava o aparato fiscal e promovia reformas administrativas de impacto nacional. Essa atuação pública da mulher — ativa, articulada e centralizadora — contrastava com a tradição greco-romana, que relegava às mulheres papéis domésticos ou simbólicos (LEROY, 2014).

Além disso, Cleópatra empregava deliberadamente sua condição de mulher como recurso político, sem jamais submeter-se a um papel de fragilidade. Suas alianças com Júlio César e Marco Antônio, frequentemente interpretadas de forma reducionista como meras relações românticas, foram na verdade movimentos diplomáticos estratégicos. Ao se relacionar com figuras centrais da república romana, Cleópatra manteve o Egito independente por quase duas décadas, apesar da pressão imperialista crescente.

A rainha também desafiava a lógica binária entre o masculino e o feminino no exercício do poder, incorporando, em sua imagem pública, tanto atributos tradicionalmente associados à força e racionalidade — considerados masculinos no contexto antigo — quanto à fertilidade, beleza e religiosidade — aspectos femininos. Essa dualidade complexa foi central para a construção de sua autoridade política e de sua legitimidade como administradora de um império multicultural.

2.3 Conflito com Herodes: Rivalidades Regionais e Estratégias de Poder

Um dos episódios menos comentados, mas revelador da complexidade política da época, foi a animosidade entre Cleópatra VII e Herodes, o rei da Judeia. A tensão entre os dois líderes era marcada por desconfiança e rivalidade territorial. Cleópatra, aliada de Marco Antônio, exercia forte influência sobre o Oriente romano e solicitou ao general romano a cessão de territórios estratégicos, como partes da costa da Judeia e da Arábia Nabateia, áreas então sob domínio de Herodes. Antônio, em busca de agradar a rainha egípcia, atendeu aos pedidos, provocando profunda irritação no monarca judeu.

Herodes via Cleópatra como uma ameaça direta à sua autoridade regional. A rainha não apenas exigia terras, mas também interferia no controle comercial do mar Vermelho e da rota das especiarias. Fontes antigas sugerem que Herodes teria cogitado eliminá-la, mas evitou qualquer confronto direto devido à sua posição delicada diante de Roma. O conflito evidencia o papel ativo de Cleópatra como agente político na geopolítica oriental, não se limitando à dependência das alianças com César ou Antônio, mas exercendo autonomia na definição de estratégias regionais. Sua presença impunha respeito e temor, inclusive entre outros soberanos do Mediterrâneo oriental.

2.4 A Influência Cultural da Administração de Cleópatra no Imaginário Mediterrâneo

A administração de Cleópatra VII ultrapassou os limites da política prática e deixou marcas profundas no imaginário cultural do mundo mediterrâneo. Sua figura, associada à sofisticação egípcia, ao refinamento grego e à diplomacia estratégica, tornou-se símbolo de poder, resistência e alteridade feminina.

A rainha foi protagonista de uma narrativa mítica que se perpetuou tanto nos relatos históricos (muitas vezes tendenciosos, como os de Plutarco, Suetônio e Dion Cássio), quanto nas tradições literárias e artísticas que se seguiram. Mesmo após sua morte, Cleópatra passou a representar o exotismo do Oriente, a sensualidade política e a astúcia diplomática — elementos que,

muitas vezes, obscureceram sua real competência administrativa, mas que também atestam seu impacto cultural duradouro.

Sua corte em Alexandria, que reunia artistas, filósofos, matemáticos, astrônomos e engenheiros, contribuiu para consolidar a cidade como polo intelectual e artístico do Mediterrâneo. Cleópatra promovia as artes como forma de afirmação política e cultural do Egito, patrocinando obras públicas e manifestações culturais que reafirmavam a soberania egípcia diante da dominação romana.

A imagem de Cleópatra como governante culta, estrategista e sofisticada foi ressignificada por séculos, influenciando desde a literatura latina (com Virgílio e Horácio), passando pela pintura renascentista, até o cinema contemporâneo. Essa memória simbólica guarda, ainda hoje, ecos da sua administração enquanto ato de resistência cultural e política.

2.5 Ameaça a Otávio: Cleópatra como Risco à Consolidação do Império Romano

A relação de Cleópatra com Roma atingiu seu clímax no confronto direto com Otávio (futuro imperador Augusto), herdeiro político de Júlio César. A aliança entre Cleópatra e Marco Antônio, tanto pessoal quanto estratégica, representava para Otávio não apenas uma disputa por poder, mas também uma ameaça existencial à unidade do império. A distribuição de territórios orientais aos filhos de Cleópatra — em cerimônia conhecida como as “Doações de Alexandria” — foi interpretada por Otávio como um ato de usurpação da autoridade romana.

Cleópatra não era apenas uma aliada de Antônio: ela era rainha soberana, com poder militar, econômico e cultural que rivalizava com o de Roma. Sua política externa articulada, o uso simbólico do Egito como herdeiro de uma tradição milenar e sua capacidade de mobilizar alianças regionais tornavam-na um obstáculo real à hegemonia de Otávio. Além disso, sua imagem como mulher

estrangeira sedutora foi amplamente usada na propaganda de Otávio para justificar a guerra.

O embate culminou na Batalha de Ácio (31 a.C.), onde a frota egípcia foi derrotada. Contudo, a ameaça de Cleópatra residia não apenas na força militar, mas na possibilidade de um império alternativo centrado em Alexandria, onde a cultura, a religião e a política seguiam outra lógica de poder — uma que desafiava a autoridade romana e propunha uma soberania oriental independente. Por isso, a eliminação de Cleópatra foi mais do que uma vitória militar: foi um gesto simbólico de aniquilação de uma possibilidade histórica.

3. Política econômica e administração fiscal

Cleópatra demonstrou grande capacidade administrativa ao enfrentar a crise econômica herdada de seus predecessores. Implementou reformas tributárias, combateu a corrupção nas estruturas fiscais e assegurou o controle estatal sobre o comércio agrícola, especialmente de trigo, principal produto de exportação egípcio (ROLLER, 2010). Essas medidas permitiram a estabilidade monetária e a arrecadação eficiente de impostos, fatores decisivos para a sustentabilidade do Estado ptolomaico.

Além disso, a rainha estabeleceu uma política de incentivo ao comércio exterior, aproveitando-se de sua aliança com Roma e das relações com outros centros mediterrâneos. Ao firmar alianças com Júlio César e Marco Antônio, Cleópatra não apenas garantiu proteção militar, mas também acesso privilegiado aos mercados romanos, fortalecendo a economia interna por meio da diplomacia.

Enfim, a Política Comercial de Cleópatra VII: Incentivo à Troca e Diplomacia Econômica foi um dos pilares da administração de Cleópatra VII foi a consolidação de uma política econômica baseada na abertura controlada ao comércio internacional, sobretudo com as potências do Mediterrâneo, em especial Roma. A rainha compreendia que a manutenção da autonomia egípcia frente ao avanço imperial romano dependeria tanto da força diplomática quanto

da estabilidade e atratividade econômica do reino. Por isso, ela adotou medidas que favorecessem o fluxo comercial, ao mesmo tempo em que preservava o controle estatal sobre os principais recursos estratégicos do país.

O Egito, sob a liderança de Cleópatra, era um dos principais exportadores de grãos do mundo antigo, e sua produção agrícola — altamente organizada graças ao uso das cheias do Nilo e a sistemas hidráulicos avançados — sustentava não apenas a população local, mas também abastecia cidades romanas inteiras, como Roma e Pompéia. Cleópatra estabeleceu relações preferenciais com certos comerciantes estrangeiros, autorizando concessões fiscais e acesso aos portos de Alexandria, desde que isso resultasse em vantagens diplomáticas para o Estado egípcio (FRASER, 1972).

Além do trigo, o Egito exportava papiro, perfumes, linho, pedras preciosas, ouro da Núbia, entre outros produtos. Cleópatra incentivou a produção e o escoamento desses bens por meio de investimentos logísticos e portuários. Alexandria, nesse contexto, consolidou-se como entreposto comercial de grande importância, sendo um elo entre o Oriente (Índia, Arábia, África) e o Ocidente (Grécia, Itália, Hispânia). A cidade funcionava como mercado internacional e sede de casas bancárias, armazéns e depósitos fiscais controlados pela coroa.

A rainha também promoveu a revalorização da moeda egípcia, especialmente o *tetradracma*, o que facilitava as trocas comerciais e atraía investidores estrangeiros. A estabilidade monetária e o fluxo constante de metais preciosos tornaram o Egito um polo de atração para comerciantes gregos, sírios e romanos (ROLLER, 2010). Cleópatra utilizava esse poder econômico como instrumento de barganha nas relações internacionais, oferecendo empréstimos e benefícios fiscais a aliados políticos, ao passo que mantinha rígido controle sobre produtos considerados estratégicos, como grãos e metais.

Sua política comercial era, portanto, indissociável de sua visão diplomática: tratava-se de um uso inteligente dos recursos econômicos do Egito para construir alianças, garantir autonomia frente às pressões de Roma e fortalecer a imagem de Alexandria como capital moderna, rica e cosmopolita.

Essa articulação entre economia e política externa é uma das características mais marcantes e sofisticadas da administração de Cleópatra VII.

Pensar na Alexandria como uma Capital Moderna, Rica e Cosmopolita era a realidade da época sob a Administração da Faraó Cleópatra VII. Com toda certeza a probabilidade de ser invejada pelos administradores romanos. Imagina uma mulher conseguir sobressair na economia e no comércio no oriente. Afinal, a mulher era para governança da casa.

Durante o reinado de Cleópatra VII, Alexandria alcançou seu apogeu como símbolo de modernidade, prosperidade econômica e intercâmbio cultural. A cidade, fundada por Alexandre, o Grande, no século IV a.C., já havia se consolidado como centro do saber e do comércio no mundo helenístico. No entanto, foi sob a liderança de Cleópatra que sua imagem foi deliberadamente reforçada como capital moderna e estratégica, refletindo diretamente a política sofisticada da rainha de unir economia e diplomacia em um projeto de poder.

Alexandria era o coração pulsante do Egito ptolomaico, abrigando uma população diversa que incluía egípcios, gregos, judeus, romanos, sírios, núbios e fenícios. Essa diversidade étnica e cultural era não apenas tolerada, mas também fomentada por políticas de abertura que favoreciam o intercâmbio comercial e intelectual. Cleópatra compreendia o valor simbólico e geopolítico de Alexandria: uma cidade que representava, simultaneamente, o Oriente e o Ocidente, a tradição egípcia e a racionalidade grega, o sagrado e o pragmático.

Em termos materiais, a cidade destacava-se por sua infraestrutura avançada. O porto de Alexandria era um dos mais movimentados do Mediterrâneo, com docas organizadas, farol (o famoso Farol de Alexandria, uma das sete maravilhas do mundo antigo), depósitos alfandegários e mercados abastecidos por caravanas do interior e navios estrangeiros. Cleópatra investiu na manutenção e expansão dessa infraestrutura, assegurando o fluxo contínuo de bens e tributos — elementos cruciais para manter o prestígio e a autonomia do Egito frente às pressões romanas (PRESTON, 2001).

A rainha também apoiou o florescimento cultural e científico da cidade. A Biblioteca de Alexandria e o Museu continuaram a funcionar como centros de excelência intelectual, atraindo filósofos, astrônomos, médicos, poetas e matemáticos de todo o mundo conhecido. Essa vitalidade cultural servia como uma forma de "diplomacia suave" (soft power), demonstrando ao mundo romano e helenístico que o Egito não era apenas um celeiro agrícola, mas uma potência civilizatória e intelectual.

Essa estratégia reforçava a imagem de Cleópatra como soberana de um Estado culto, desenvolvido e sofisticado. Sua Alexandria projetava ao mundo uma nova forma de poder: uma fusão entre riqueza material, conhecimento, diversidade cultural e centralidade política. O investimento da rainha na cidade não era apenas administrativo, mas simbólico. Ela compreendia que a imagem de Alexandria como metrópole rica e cosmopolita era uma extensão de sua própria autoridade, e parte fundamental da construção de um império duradouro — mesmo às vésperas da dominação romana.

Assim, a articulação entre economia e política externa promovida por Cleópatra encontrava em Alexandria seu epicentro: uma cidade que era ao mesmo tempo capital administrativa, entreposto comercial, vitrine diplomática e centro simbólico do poder ptolomaico. A governante soube utilizar esse espaço urbano como instrumento de negociação, resistência e projeção geopolítica, o que torna sua administração uma das mais notáveis do mundo antigo.

3.1 A Administração de Cleópatra VII: Entre Estratégia, Centralização e Diplomacia

A administração de Cleópatra VII foi marcada por uma atuação política multifacetada, na qual a rainha combinou os saberes egípcios e helenísticos com uma diplomacia refinada diante do poderio romano. Diferente da imagem romantizada construída no imaginário ocidental, Cleópatra VII foi uma governante pragmática, culta, multilíngue e profundamente envolvida na gestão

do Estado. Ela governava com autoridade, centralizando decisões e mantendo controle direto sobre as finanças, as políticas externas e a administração regional.

Cleópatra VII foi a primeira governante ptolomaica em gerações a dominar fluentemente a língua egípcia, o que lhe garantiu legitimidade entre a população nativa, além de dialogar em outras línguas como grego, hebraico, aramaico, latim e etíope (ROLLER, 2010). Essa habilidade linguística simbolizava não apenas uma ponte cultural, mas também uma estratégia política para consolidar sua autoridade sobre diversos grupos sociais e étnicos presentes no Egito multicultural de então.

Do ponto de vista administrativo, Cleópatra adotou uma postura centralizadora, mas flexível. Delegava poder a funcionários de confiança, geralmente gregos ou egípcios letrados, muitos deles formados na tradição administrativa helenística, mas supervisionava pessoalmente as decisões cruciais, especialmente nas áreas de finanças e relações exteriores (BURSTEIN, 2004). A manutenção de registros precisos e a cobrança racional de impostos eram características do governo ptolomaico, mas Cleópatra se destacou por sua capacidade de controlar o sistema fiscal mesmo em tempos de crise, sem provocar revoltas populares de grandes proporções.

Sua administração também foi voltada à proteção dos interesses estratégicos do Egito frente à expansão de Roma. Cleópatra usou de sua inteligência política e diplomática ao estabelecer alianças afetivas e militares com dois dos principais líderes romanos: Júlio César e, posteriormente, Marco Antônio. Tais relações não apenas garantiram apoio militar, mas também abriram portas comerciais e asseguraram temporariamente a autonomia política do Egito frente ao avanço imperial romano. Essa aliança com Roma, no entanto, também exigiu dela enorme habilidade em equilibrar interesses conflitantes e preservar a soberania do trono egípcio.

Outro aspecto de destaque foi o seu investimento em obras públicas, infraestrutura e assistência à população em tempos de escassez. Fontes antigas apontam que, durante períodos de fome ou crise climática, a rainha ordenava a

distribuição de alimentos e controlava os estoques de trigo com precisão (PRESTON, 2001). Isso reforça a imagem de uma governante sensível às necessidades do povo, mas também ciente de que o bem-estar social estava diretamente ligado à estabilidade política.

Ademais, Cleópatra VII integrou aspectos simbólicos da tradição faraônica em sua imagem pública, apresentando-se como a reencarnação da deusa Ísis, o que fortalecia sua autoridade religiosa e política. Tal recurso iconográfico e ideológico era um elemento-chave para consolidar sua administração diante do povo egípcio, ao mesmo tempo em que mantinha o prestígio entre as elites gregas e estrangeiras.

4. Investimentos urbanos e infraestrutura

Cleópatra também destinou recursos para o desenvolvimento da infraestrutura urbana e portuária de Alexandria. As melhorias nos portos e nas vias de transporte permitiram maior fluxo comercial e estimularam o crescimento do setor bancário e de serviços (PRESTON, 2001). A cidade tornou-se um centro cosmopolita e intelectual, abrigando a famosa Biblioteca de Alexandria e o Museu, instituições que contribuíram para o prestígio internacional do Egito e para o investimento estrangeiro.

O Legado de Cleópatra VII na Biblioteca de Alexandria e no Museu: Conhecimento como Poder e Prestígio Internacional da faraó.

A Biblioteca de Alexandria e o Museu foram duas das instituições mais emblemáticas do Egito ptolomaico, símbolos da fusão entre ciência, política e cultura no mundo antigo. Durante o reinado de Cleópatra VII, essas instituições não apenas mantiveram sua relevância, mas também foram instrumentalizadas como parte da política de prestígio e diplomacia cultural promovida pela rainha. Cleópatra compreendia que o saber era uma forma sofisticada de poder — e que o investimento em instituições do conhecimento podia funcionar como um atrativo geopolítico, favorecendo o intercâmbio intelectual e também o econômico.

A Biblioteca de Alexandria, fundada no século III a.C., visava reunir todo o conhecimento escrito do mundo conhecido. Embora em sua época esse ideal já enfrentasse limites, Cleópatra deu continuidade ao projeto de expansão do acervo e valorizou o papel da Biblioteca como centro de pesquisa e de legitimação do saber helenístico e egípcio. O Museu — um espaço associado à Biblioteca, que funcionava como uma espécie de academia de ciências — era lar de estudiosos de diversas áreas: medicina, matemática, astronomia, filosofia, literatura e ciências naturais. Cleópatra oferecia patronato a esses intelectuais, garantindo não apenas financiamento, mas também estabilidade institucional (CANFORA, 2003).

Esse incentivo ao conhecimento, aliado à diplomacia refinada de Cleópatra, fez com que Alexandria se tornasse uma cidade atrativa não apenas para acadêmicos, mas também para investidores, comerciantes e embaixadores. O prestígio cultural da cidade era um ativo simbólico de alto valor: um Estado que se posicionava como guardião do saber mundial era, simultaneamente, visto como civilizado, confiável e estratégico. Assim, o patrocínio ao Museu e à Biblioteca contribuía direta e indiretamente para atrair investimentos estrangeiros, inclusive de elites romanas, gregas e asiáticas interessadas no comércio, na educação e na ciência.

Contudo, o destino da Biblioteca de Alexandria foi marcado também por tragédias. Um dos episódios mais debatidos da Antiguidade foi o incêndio que atingiu a instituição. De acordo com fontes como Plutarco e Diodoro Sículo, parte significativa do acervo foi destruída durante os confrontos entre as tropas de Júlio César e as forças egípcias em 48 a.C., quando Cleópatra se encontrava envolvida nas disputas pelo trono com seu irmão Ptolomeu XIII. Durante o cerco de Alexandria, César teria ordenado queimar navios no porto, mas as chamas se espalharam até os armazéns e depósitos que abrigavam manuscritos (PLUTARCO, *Vidas Paralelas*).

Embora alguns estudiosos afirmem que a Biblioteca foi parcialmente reconstruída e que parte do acervo sobreviveu por algumas décadas, o episódio do incêndio tornou-se um símbolo do fim de uma era. Ainda assim, Cleópatra tentou preservar a vocação cultural de Alexandria, apoiando o ensino de filosofia,

literatura e ciências em escolas ligadas ao Museu. Mesmo diante das pressões políticas e da instabilidade gerada pelas guerras civis, sua postura reafirmou o compromisso do Egito com o saber e com a cultura como instrumentos de poder e soberania.

Portanto, o legado de Cleópatra na administração dessas instituições é duplo: por um lado, ela perpetuou a Alexandria como capital do saber, mantendo vivas as tradições do helenismo científico; por outro, sua gestão visionária articulou cultura e política externa, fazendo do conhecimento um canal diplomático, uma forma de *soft power* e um símbolo da identidade nacional egípcia frente ao domínio romano.

Conhecimento como *Soft Power* e Estratégia de Construção Identitária no Egito de Cleópatra VII significa que o termo *soft power*, cunhado por Joseph Nye no final do século XX, refere-se à capacidade de um Estado ou liderança de influenciar o comportamento de outros não pela força militar (*hard power*) ou por coerção econômica, mas por meio da atração cultural, ideológica e institucional. Embora o conceito seja moderno, sua aplicação pode ser retroativamente percebida em experiências históricas marcadas pela diplomacia simbólica e pela mobilização de recursos imateriais — como o saber, a arte e o prestígio cultural — para fins de poder político.

No caso da administração de Cleópatra VII, o uso da cultura como forma de influência é um exemplo notável de *soft power* antigo. Ao investir na Biblioteca de Alexandria, no Museu, nas artes, na ciência e na arquitetura, Cleópatra não apenas fortalecia internamente a posição do Egito como Estado culto e organizado, mas também projetava uma imagem refinada e poderosa de sua nação para os estrangeiros — sobretudo para o mundo romano, que via no Egito tanto uma fonte de recursos quanto uma civilização enigmática e prestigiosa.

Esse uso deliberado de símbolos culturais e científicos — desde o patrocínio de filósofos até o uso de uma estética política egípcia que incorporava elementos helênicos e nativos — constituía uma forma sofisticada de resistência simbólica. Enquanto Roma crescia por meio de conquistas bélicas e anexações territoriais, o Egito cleopatrino afirmava sua singularidade por meio da produção

e preservação do conhecimento, da religiosidade e da diversidade cultural. Alexandria tornava-se, assim, uma vitrine internacional de um poder que se sustentava na inteligência e na diplomacia, não apenas nas armas.

Além disso, esse investimento cultural ajudava a fortalecer a identidade nacional egípcia em um momento de tensão crescente com Roma. Cleópatra utilizava elementos da tradição faraônica (como os rituais religiosos, o uso do idioma egípcio e a iconografia local) combinados com atributos da cultura grega para criar uma narrativa de continuidade e soberania. Essa articulação entre o passado milenar e a modernidade administrativa representava uma forma de resistência simbólica e uma tentativa de preservar a autonomia do Egito frente à romanização iminente.

Portanto, quando se afirmar que a administração de Cleópatra fazia uso do *soft power*, está-se reconhecendo seu projeto político-cultural como uma estratégia de projeção internacional e de afirmação nacional. Seu legado não se resume à resistência militar ou às alianças estratégicas com César e Marco Antônio, mas também ao modo como ela utilizou o prestígio do saber e da cultura para moldar o imaginário mediterrâneo e garantir, ainda que por um breve período, a dignidade e a singularidade do Egito como potência independente.

4.1 Alexandria: Centro Administrativo e Econômico

Alexandria, sob a dinastia ptolemaica, destacou-se não apenas como capital política, mas também como núcleo econômico e intelectual. A cidade abrigava a famosa Biblioteca e o Museu, atraindo intelectuais de todo o mundo helenístico. Entretanto, como destaca Bianchi (2014), “mais do que um centro de saber, Alexandria era o coração pulsante de uma economia baseada na agricultura, no comércio e na diplomacia econômica”.

Durante o reinado de Cleópatra VII, Alexandria manteve-se como um entreposto vital entre o Mediterrâneo, a África e o Oriente. Seus portos escoavam cereais, papiros, perfumes e vidros que abasteciam as necessidades tanto da população egípcia quanto do mercado romano. Segundo Estrabão (Geografia, XVII), a

cidade possuía infraestrutura portuária avançada e canais que facilitavam o transporte interno de mercadorias até o mar.

4.2. A Política Administrativa de Cleópatra VII

Ao assumir o trono, Cleópatra enfrentou uma conjuntura complexa, marcada por instabilidade interna e pressão externa. Sua administração demonstrou forte centralização e controle sobre os fluxos econômicos, notadamente os cereais — principal produto de exportação. Como afirma Chauveau (2000), “Cleópatra exerceu autoridade sobre as finanças públicas com um rigor semelhante ao dos primeiros Ptolomeus, ainda que em um contexto de declínio”.

A rainha preservou a estrutura burocrática composta por escribas, coletores de impostos e administradores locais, mesclando práticas gregas e egípcias. Essa fusão é visível nos decretos bilíngues, como a famosa Pedra de Roseta, que testemunha a coexistência do grego e do egípcio nas esferas oficiais. Essa dualidade permitiu um certo grau de estabilidade institucional, mesmo em tempos de crise.

Além disso, Cleópatra demonstrou habilidade diplomática ao alinhar-se com líderes romanos como Júlio César e Marco Antônio. Essas alianças não apenas garantiram proteção militar, mas também permitiram a negociação de termos econômicos favoráveis. Plutarco (*Vida de Antônio*) relata que “Cleópatra conhecia bem as fragilidades do Senado romano e soube explorá-las em benefício de seu povo e de sua coroa”.

4.3. Impactos Econômicos da Gestão de Alexandria

O impacto das políticas de Cleópatra sobre a economia egípcia foi significativo, ainda que limitado pelas pressões romanas. Ao manter o controle sobre os recursos naturais, sobretudo grãos, Cleópatra conseguiu sustentar a balança comercial positiva e garantir estabilidade alimentar em Alexandria. Como aponta Hölbl (2001), “[...] o *Egito*, mesmo sob risco de intervenção

romana, conseguiu manter sua autonomia econômica em parte graças à prudência administrativa da rainha”.

A cidade continuou a atrair comerciantes estrangeiros, em especial fenícios, árabes e romanos, o que fomentou o cosmopolitismo e a circulação de riquezas. O sistema de alfândegas e tarifas, controlado pelo Estado, assegurava receita constante para a manutenção do aparato estatal e dos programas de apoio ao povo, como distribuição de trigo e festividades religiosas.

Contudo, a dependência crescente de Roma revelou-se inevitável. Após a derrota na Batalha de Ácio (31 a.C.) e o suicídio de Cleópatra em 30 a.C., Alexandria foi anexada como província do Império Romano. Esse processo encerrou a autonomia política e econômica do Egito helenístico, transformando a cidade em um centro subordinado à política imperial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração de Alexandria sob Cleópatra VII revela não apenas sua habilidade política, mas também seu entendimento profundo sobre a relação entre economia, poder e diplomacia. Ao fortalecer o comércio, estabilizar a moeda e promover o desenvolvimento urbano, a rainha assegurou a sobrevivência do Egito como potência regional por mais algumas décadas, mesmo diante da pressão expansionista de Roma. Sua política econômica pode ser considerada uma das mais sofisticadas entre os governantes helenísticos, e Alexandria, sob seu governo, consolidou-se como uma capital econômica, cultural e estratégica do mundo antigo.

Cleópatra VII foi uma governante que transcendeu os limites tradicionais do poder feminino na Antiguidade. Sua administração revela uma compreensão profunda dos mecanismos de influência e da importância da cultura como ferramenta de soberania. Ao consolidar Alexandria como metrópole econômica e cultural, e ao investir no saber como estratégia diplomática, Cleópatra deixou um legado de sofisticação política que merece ser reavaliado na historiografia contemporânea.

O uso do conhecimento como "*soft power*" por Cleópatra reflete uma compreensão moderna do poder simbólico. A diplomacia cultural funcionava como forma de resistência política, reforçando a identidade nacional egípcia frente à romanização. O investimento em instituições culturais e a preservação de rituais e línguas nativas evidenciam uma liderança voltada à autonomia e à afirmação civilizatória do Egito.

Por último, a administração de Alexandria sob Cleópatra VII representa um momento singular de resistência e sofisticação no manejo político-econômico de uma potência em declínio. A rainha, ao articular tradição e inovação, promoveu políticas que retardaram a absorção completa do Egito por Roma. Sua gestão deixou marcas profundas na história econômica do Mediterrâneo antigo, revelando a importância estratégica de Alexandria como centro administrativo, comercial e simbólico de um mundo helenístico em transição.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Luiz. *O Egito sob domínio grego e romano*. São Paulo: Contexto, 2014.

BURSTEIN, Stanley M. *The Reign of Cleopatra*. In: WINKLER, Martin M. (ed.). *Classical Myth and Culture in the Cinema*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

CANFORA, Luciano. *A Biblioteca Desaparecida de Alexandria*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CHAUVEAU, Michel. *O Egito no tempo de Cleópatra: 180-30 a.C.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DIODORO SÍCULO. *Bibliotheca Historica*. Trad. fragmentária disponível em edições comentadas.

FRASER, P. M. *Ptolemaic Alexandria*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

HÖLBL, Günther. *A History of the Ptolemaic Empire*. London: Routledge, 2001.

LEROY, Béatrice. *Cleópatre: La reine-pharaon*. Paris: Éditions Tallandier, 2014.

NYE, Joseph S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Antônio e Cleópatra*. São Paulo: Edipro, 2011.

PRESTON, Rebecca. *Cleopatra and Egypt*. Malden: Blackwell Publishing, 2001.

ROLLER, Duane W. *Cleopatra: A Biography*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

STRABO. *Geography*, Book XVII. Translated by H.L. Jones. London: Harvard University Press, 1932.

SUETÔNIO. *A Vida dos Doze Césares*. São Paulo: Martin Claret, 2006.